

Banco Industrial do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – MARÇO DE 2025

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco ou “BIB”) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Intermediárias e Individuais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo também grandes empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85%-90% de operações de atacado e 15%-10% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir funding competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 130,3% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 19,6%.

Desempenho

O BIB registrou lucro líquido de R\$ 18,5 milhões no acumulado de três meses de 2025, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 9,7%. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 753,5 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 5,3 bilhões, representando aumento de 12,1% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 5,5 bilhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 2,5% da carteira ao final do período, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de atacado, encerrou o período com um volume de R\$ 4,4 bilhões, conforme nota explicativa nº 9. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado e antecipação saque aniversário - FGTS, apresentou um aumento, totalizando R\$ 928,0 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial do Brasil totalizaram R\$ 6,1 bilhões ao final do período, representando crescimento de 14,0% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 4,9 bilhões, representando crescimento de 17,5% em relação ao mesmo período de 2024.

Governança Corporativa

Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da instituição, através de seus Agentes Setoriais de Compliance, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de Compliance e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de rating. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes as referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, estão disponíveis no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos

O Banco Industrial do Brasil encerrou o período com 348 colaboradores. Desse total, 4 são através de programa social e 45 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings

Seguem os ratings obtidos pelo Banco Industrial junto às agências de classificação de risco:

- **Moody's:** Ba2 (Global) / AA- (Local) / Perspectiva Estável
- **Fitch** BB- (Global) / AA (Local) / Perspectiva Estável
- **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure*: Excelente

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, o BIB contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são divulgadas nas notas explicativas.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações para o período de três meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Ênfase – Demonstrações financeiras intermediárias comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras intermediárias que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 16 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Banco Industrial do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	5	<u>13.101</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		<u>6.295.134</u>
Instrumentos financeiros		<u>7.033.905</u>	Instituições financeiras	15	3.243.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.039.212	Outros clientes	15	2.600.186
Títulos e valores mobiliários	7	292.822	Instrumentos financeiros derivativos	8	191.700
Instrumentos financeiros derivativos	8	203.641	Dívidas subordinadas	15	259.744
Operações de créditos	9	5.299.370	Provisões		<u>130.842</u>
Outros instrumentos financeiros	10	198.860	Contingencias	16	124.764
			Outras	16	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(163.270)			6.078
Ativo Fiscal Diferido	11a	127.468	Obrigações fiscais diferidas	17	2.768
Outros Ativos	12	142.194	Outros passivos	17	61.541
Investimentos em participações em Controladas	13	50.254	Patrimônio líquido		<u>753.464</u>
Imobilizado de uso	14	52.294	Capital social	18	387.448
(-) Depreciações e amortizações	14	(12.197)	Reservas de lucros	18	382.783
			Outros resultados abrangentes		(16.767)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>7.243.749</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		<u><u>7.243.749</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2025
Receitas da intermediação financeira		<u>309.831</u>
Operações de crédito	9d	258.771
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7d	51.060
Despesas da intermediação financeira		<u>(235.620)</u>
Operações de captação no mercado	17c	(154.201)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(10.092)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8	(71.327)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>74.211</u>
Provisão para perdas		<u>(2.516)</u>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(2.516)
Outras receitas / (despesas) operacionais		<u>(33.930)</u>
Receitas de prestação de serviços		1.571
Receitas de tarifas bancárias		2.986
Resultado de participações em controladas	13	1.189
Despesas de pessoal	19	(26.881)
Outras despesas administrativas	20	(17.110)
Despesas tributárias	21	(8.734)
Outras receitas/despesas operacionais	22	13.049
Outras receitas / (despesas) não operacionais		<u>(1.038)</u>
Outras receitas / (despesas) não operacionais	23	(1.038)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>36.727</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(18.197)</u>
Provisão para imposto de renda	11	(9.569)
Provisão para contribuição social	11	(7.848)
Ativo fiscal diferido	11	(780)
Lucro líquido do período		<u><u>18.530</u></u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u><u>102,81</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangente

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2025
Lucro líquido do período	<u>18.530</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para a o resultado	1.468
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	4.359
Impostos sobre valor justo em outros resultados abrangentes	(1.962)
Variação cambial sobre agência Bahamas	<u>(929)</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>19.998</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucros</u>			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		387.448	73	47.728	359.879	(18.235)	-	776.893
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial						1.468		1.468
Ajuste de transição Res. 4966							(43.427)	(43.427)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	18.530	18.530
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	18b	-	-	927	-	-	(927)	-
Reservas Estatutárias	18b	-	-	-	17.603	-	(17.603)	-
Saldos em 31 de março de 2025		<u>387.448</u>	<u>73</u>	<u>48.655</u>	<u>377.482</u>	<u>(16.767)</u>	<u>(43.427)</u>	<u>753.464</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>927</u>	<u>17.603</u>	<u>1.468</u>	<u>(43.427)</u>	<u>(23.429)</u>

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Trimestre 2025
Lucro líquido ajustado do período	(12.577)
Lucro líquido do período	18.530
Depreciações / amortizações	1.301
Resultado de participações em controladas	(1.189)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.516
Ajuste de outros resultados abrangentes	1.468
Ajuste de transição Res. 4966	(43.427)
Provisões	8.401
Ativos fiscais diferidos	780
Passivos fiscais diferidos	(957)
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	106.010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.163
Títulos e Valores Mobiliários	283.508
Instrumentos financeiros derivativos	(185.676)
Operação de Crédito	(208.778)
Outros instrumentos financeiros	224.238
Ativos fiscais correntes e diferidos	(32.353)
Outros ativos	(3.391)
Aquisição de bens não de uso	7.299
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	144.720
Depósitos e demais instrumentos financeiros	173.392
Outros passivos	(28.672)
Impostos pagos	4.717
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	242.870
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(18)
Aquisição de Imobilizado de uso	(18)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	242.852
Modificações na posição financeira	
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	739.145
No fim do período	981.997
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	242.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de março de 2025.

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco” ou “BIB”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias, do Banco Industrial do Brasil S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 4.818, de 29 de maio de 2020. Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Administração em 11 de junho de 2025.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Entrou em vigor em 1º/1/2025 a Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do BIB e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- A adoção da metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados à partir do momento em que o BIB não tem mais expectativa de recuperação.
- Instruções Normativas BCB nº 426 a 433/2024, alteradas pelas 493 a 500/2024 e posteriormente pelas INs nº 537 a 543/2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

b) Adoção inicial

O BIB adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021 foram registrados em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do BIB demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota “4”.

c) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições

observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

a) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, o BIB avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

O BIB não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros do BIB são classificados e nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa

contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

- **Valor Justo no Resultado:** o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido, líquida de tributos intitulada Outros resultados abrangentes, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, o BIB opera somente com instrumentos financeiros de Nível 1 e Nível 2.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

O BIB não reclassificou seus instrumentos financeiros nos exercícios apresentados.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

b) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

c) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo inclui os custos de transação identificados como elegíveis pelo BIB (tarifas cobradas dos clientes relacionado a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O BIB realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de crédito; e
- Outros ativos financeiros.

O BIB integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que o Banco opera são enquadrados nas carteiras (C1 a C5).:

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo BIB para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros.
O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 (da resolução).

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- Probabilidade de Descumprimento – PD;

- Perda Dado o Descumprimento – LGD; e
- Exposição no Descumprimento – EAD (ou Fator de Conversão de Crédito (FCC)).

e) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O BIB considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros com os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, como por exemplo:
 - Medidas judiciais;
 - Recuperação judicial;
 - Óbitos;
 - Fianças honradas relacionadas a coobrigações com operações de cartões;
 - Reestruturações: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte que possui operação com o Banco, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático. Com exceção, aos produtos que em virtude de sua natureza são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito (exemplo: empréstimo pessoal com consignação em folha e financiamentos imobiliários), nesse caso esses produtos não são arrastados.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros do BIB são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

O BIB deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente em caso de haver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

Para fins de critérios de “cura”, o BIB considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos do BIB consideram, sete meses de pagamento tempestivo);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais:
 - Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

f) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

g) Resultado recorrente/não recorrente.

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento o lucro líquido de 31 de março de 2025, no montante de R\$18.530 é considerado recorrentes.

4 Implementação da Resolução 4.966/21

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais. A norma entrou em vigor em 1º/1/2025.

Adicional a Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB n.º 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de “SPPJ”), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pelo Banco tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

A transição para a Resolução CMN n.º 4.966/2021 acarretou uma redução não superior a 7,5% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito	5,1%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	2,3%
Outros	0,1%

Em decorrência da adoção da metodologia simplificada de perdas esperadas houve um incremento da provisão de aproximadamente R\$72.279 (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 77,5% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024).

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

Aspectos fiscais:

No âmbito tributário, a Lei nº 14.467/22 alterou as regras de dedução das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pelas referidas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, viabilizando a manutenção do tratamento tributário das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo.

A Lei nº 15.078/24 estabeleceu que as perdas apuradas em 01/01/2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31/12/2024 que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício e as perdas não deduzidas em 2025, terão o mesmo tratamento do estoque das perdas apuradas em 01/01/2025.

5. Disponibilidades

	<u>03.2025</u>
Moeda Nacional	140
Moedas estrangeira	12.961
Total	<u>13.101</u>

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Ativo financeiro ao custo amortizado

Até 30 dias	<u>03/2025</u>
Posição Bancada	
Letras Financeiras do Tesouro	400.000
Letras do Tesouro Nacional	300.000
Notas do Tesouro Nacional	199.997
Total	<u>899.997</u>

Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>03/2025</u>
---	-----------------------

De 31 a 180 dias	70.316
Total	70.316

Aplicações em moedas estrangeiras	03/2025
Até 30 dias	68.899
Total	68.899

Total	1.039.212
--------------	------------------

Para as aplicações em moedas estrangeiras em 31/03/2025, foram registradas o seguinte montante de perdas esperadas:

Descrição	03/2025
Provisão para perdas esperadas	(105)
Total	(105)

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Rendas de aplicações em operações compromissadas	03/2025
Posição bancada	26.990
Posição financiada	185
Rendas de aplicações em dep. interfinanceiros	2.102
Total	29.277

7. Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA")

						31/03/2025
	Hierarquia do Valor Justo	Circulante	Não Circulante	Total Valor Bruto Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Líquido
Carteira própria						
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	-	110.826	110.826	(1)	110.825
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	-	12.995	12.995	677	13.672
Debêntures	Nível 2	-	29.423	29.423	(809)	28.614
Títulos no exterior	Nível 1	638	41.823	42.461	(3.197)	39.264
Vinculados à operações compromissadas						
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	-	20.245	20.245	302	20.547
Debêntures	Nível 2	-	3.729	3.729	(280)	3.449
Vinculados à prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	-	70.554	70.554	83	70.637
Total		638	289.595	290.233	(3.225)	287.008

O efeito do ajuste ao valor justo dos títulos e valores mobiliários no trimestre está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (“VJR”)

						31/03/2025
	Hierarquia do Valor Justo	Circulante	Não Circulante	Total Valor Bruto Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Líquido
TVM no exterior	Nível 1	5.800	-	5.800	14	5.814
Total		5.800	-	5.800	14	5.814

O efeito do ajuste ao valor justo deste título no trimestre está registrado em conta específica do resultado.

c. Perdas associados ao risco de crédito de títulos e valores mobiliários

Para os títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em 31/03/2025, foram registradas o seguinte montante de perdas esperadas:

			31/03/2025
	Valor Bruto Contábil	Perdas Esperadas	
Letras Financeiras do Tesouro	181.380	-	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	33.240	(66)	
Debêntures	33.152	(630)	
Títulos no exterior	42.461	(23)	
Total	290.233	(719)	

d. Resultado de títulos e valores mobiliários

	03/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	29.277
Rendas de títulos de renda fixa	20.734
Rendas de aplicações no exterior	1.210
Prejuízos de renda fixa	(161)
Total	51.060

8. Instrumentos financeiros derivativos

As bases adotadas para determinar os preços de mercado são as seguintes:

Contratos de Câmbio Compra e Venda de Moeda Estrangeira de liquidação pronta

- Contratos de Câmbio Compra e Venda de Moeda Estrangeira de liquidação pronta;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e

- Futuros: cotações em Bolsas.

		31/03/2025			
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber	Custo - Valor (a pagar)	Ajuste ao Valor Justo no Resultado	Valor Justo
Câmbio					
Compra Moeda estrangeira	-	200.322	(188.228)	-	12.094
Venda Moeda estrangeira	-	3.280	(3.258)	-	22
Swap					
PTAX X DI	178	39	-	-	39
DI X PTAX	178	-	(39)	-	(39)
EURO X DI	121.472	-	(175)	-	(175)
Futuros					
Taxa de juros	2.197.063	-	-	-	2.197.063
Câmbio	264.214	-	-	-	264.214
Total	2.583.105	203.641	(191.700)	-	2.473.218

	31/03/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Câmbio compra	12.094	-	-	12.094
Câmbio Venda	21	-	-	21
Swap – PTAX X DI	39	-	-	39
Swap – DI X PTAX	(39)	-	-	(39)
Swap – EURO X DI	-	-	(175)	(175)
Futuros	2.461.277	-	-	2.461.277

O resultado das operações com derivativos e câmbio no trimestre findo em 31 de março de 2025 foi negativo em R\$71.327.

Análise de sensibilidade dos derivativos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1- Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2- Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

- 3- Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

<u>Operação / Carteira protegida</u>	<u>Risco</u>	<u>Instrumento financeiro derivativo</u>	<u>Montante da carteira protegida</u>	<u>Posição (a)</u>
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	1.068.162	(1.031.604)	36.558
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	<u>(2.197.063)</u>	<u>3.998.686</u>	<u>1.801.623</u>
Total		<u>(1.128.901)</u>	<u>2.967.082</u>	<u>1.838.181</u>

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular Bacen nº 3.082/02.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo (R\$ mil)

Operação	Risco	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Operação de Câmbio</i> Dívida em Moeda Estrangeira	Operação de Câmbio (risco queda US\$ e EURO)	(378)	(9.110)	(17.742)
	Dívida (risco aumento US\$ e EURO)	641	15.740	30.525
	Efeito Líquido	263	6.630	12.783
<i>Hedge Banking PRÉ</i> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	213	5.229	10.281
	Créditos (risco aumento Selic)	(3.265)	(79.425)	(153.880)
	Efeito Líquido	(3.052)	(74.196)	(143.599)
Efeito Líquido TOTAL		(2.789)	(67.566)	(130.816)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira	36.558	263	6.630	12.783
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	1.801.623	(3.052)	(74.196)	(143.599)
Efeito Líquido TOTAL		1.838.181	(2.789)	(67.566)	(130.816)

9. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

Descrição	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total saldo contábil bruto
Contas garantidas	229.370	606	229.976
Operações em moedas estrangeiras	427.999	24.479	452.478
Capital de giro	815.818	407.527	1.223.345
Direitos creditórios	74.072	-	74.072
Crédito consignado	305.173	622.832	928.005
Finame	17.663	19.448	37.111
Adiantamento sobre contratos de câmbio	174.192	20.205	194.397
Devedores por compra de valores e bens	30.569	34.535	65.104
Outros créditos com características de concessão	1.837.054	256.790	2.093.844
Outros	1.038	-	1.038
Total	3.912.948	1.386.422	5.299.370

b. Composição das operações por carteira, situação e faixa de atraso

As carteiras são avaliadas conforme critérios definidos na Resolução 352 do Bacen da seguinte forma:

Carteira C1

Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e

Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

Carteira C2

Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

Carteira C3

Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput.

Carteira C4

Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos;

Carteira C5

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e

Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

	31/03/2025						
	C1	C2	C3	C4	C5	Total Saldo Contábil Bruto	% sobre total geral
Ativos não problemáticos	145.616	858.652	1.016.627	265.100	2.882.174	5.168.169	97,53%
Sem atraso	72.808	856.957	973.223	264.230	2.765.992	4.933.210	93,09%
Até 14 dias de atraso	68.194	1.695	39.377	-	81.679	190.945	3,60%

De 15 a 30 dias de atraso	1.460	-	2.285	-	15.288	19.033	0,36%
De 31 a 60 dias de atraso	3.154	-	1.741	-	14.500	19.395	0,37%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	1	870	4.715	5.586	0,11%
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	605	-	-	76	681	0,01%
Sem atraso	-	512	-	-	66	578	0,01%
Até 14 dias de atraso	-	93	-	-	-	93	-
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	-	-	5	5	-
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	-	-	-	-	-
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	-	5	5	-
Ativos problemáticos inadimplidos	-	73.176	28.150	171	29.023	130.520	2,46%
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	211	-	5.180	5.391	0,10%
De 121 a 150 dias de atraso	-	828	912	-	3.154	4.894	0,09%
De 151 a 180 dias de atraso	-	6.068	2.207	-	3.526	11.801	0,22%
De 181 a 210 dias de atraso	-	54.258	4.096	-	3.198	61.552	1,16%
De 211 a 240 dias de atraso	-	2.811	170	-	2.004	4.985	0,10%
De 241 a 270 dias de atraso	-	259	-	158	1.952	2.369	0,05%
De 271 a 300 dias de atraso	-	2.920	1.919	-	2.228	7.067	0,13%
De 301 a 330 dias de atraso	-	3.462	317	-	1.906	5.685	0,11%
De 331 a 360 dias de atraso	-	1.805	5.743	-	1.641	9.189	0,17%
Acima de 360 dias	-	765	12.575	13	4.234	17.587	0,33%
Total Geral	145.616	932.433	1.044.777	265.271	2.911.273	5.299.370	100%

c. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

31/03/2025

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Incorridas	Perdas Esperadas	Perdas Adicionais	Total Perda
C1	Ativos não problemáticos	145.616	-	145.616	-	(1.148)	-	(1.148)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
	Total carteira C1	145.616	-	145.616	-	(1.148)	-	(1.148)
C2	Ativos não problemáticos	858.652	-	858.652	-	(12.013)	-	(12.013)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	605	-	605	-	(202)	-	(202)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	73.176	73.176	(30.519)	-	(2.488)	(33.007)
	Total carteira C2	859.257	73.176	932.433	(30.519)	(12.215)	(2.488)	(45.222)
C3	Ativos não problemáticos	1.016.627	-	1.016.627	-	(19.546)	-	(19.546)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	28.150	28.150	(20.596)	-	(1.042)	(21.638)
	Total carteira C3	1.016.627	28.150	1.044.777	(20.596)	(19.546)	(1.042)	(41.184)
C4	Ativos não problemáticos	265.100	-	265.100	-	(5.298)	-	(5.298)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	171	171	(101)	-	(8)	(109)
	Total carteira C4	265.100	171	265.271	(101)	(5.298)	(8)	(5.407)
C5	Ativos não problemáticos	2.882.174	-	2.882.174	-	(49.413)	-	(49.413)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	76	-	76	-	(25)	-	(25)

C5	Ativos problemáticos inadimplidos	29.023	29.023	(18.548)	-	(987)	(19.535)	
	Total carteira C5	2.882.250	29.023	2.911.273	(18.548)	(49.438)	(987)	(68.973)
	Total geral da carteira	5.168.850	130.520	5.299.370	(69.764)	(87.645)	(4.525)	(161.934)

Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	31/03/2025
Saldo no Início do Trimestre	160.754
Créditos baixados para prejuízo	4.752
Constituição da provisão para perdas esperadas no trimestre	24.681
Reversão da provisão para perdas esperadas no trimestre	(26.917)
Saldo no Final do Trimestre	163.270

Os ativos financeiros do BIB são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

Em 31 de março de 2025, foram baixados créditos como prejuízo no montante de R\$4.752. No trimestre, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$1.112, substancialmente por meio de ações judiciais e cobranças extrajudiciais.

d. Receitas com operações de crédito

Descrição	31/03/2025
Rendas de empréstimos	101.388
Rendas direitos creditórios	3.747
Rendas financiamento no país e exterior	13.439
Rendas de adiantamento de contrato de câmbio	4.486
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	63.470
Rendas de operações com características de concessão	69.544
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.112
Rendas de garantias prestadas	1.585
Total	258.771

10 Outros instrumentos financeiros

	31/03/2025	
	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas
Relações interfinanceiros	8.298	-
Créditos vinculados	64.116	-
Adiantamento e antecipações	2.088	-
Devedores por depósitos em garantia	92.446	(13)
Imposto de renda a compensar	4.819	-
Valores a receber por venda de ativos	26.223	(499)

Devedores diversos	870	-
Total	198.860	(512)

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Ativo fiscal diferido

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

(i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido

	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	42.032	33.625	75.657
Valor justo TVM/BNDU	9.729	7.784	17.513
Passivo contingente	<u>19.120</u>	<u>15.178</u>	<u>34.298</u>
Total	<u>70.881</u>	<u>56.587</u>	<u>127.468</u>

(ii) Expectativa de realização

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de março de 2025 é a seguinte:

<u>Exercícios</u>	<u>Expectativa de realização por exercício</u>	<u>Valor presente (i)</u>
2025	47.210	43.320
2026	7.227	5.913
2027	3.714	2.710
2028	3.426	2.229
2029	13.550	7.860
2030	252	130
2031	252	116
2032	<u>51.837</u>	<u>21.318</u>
	<u>127.468</u>	<u>83.596</u>

(i) Para descontar o ativo fiscal diferido a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de março de 2025 (0,96% a.m.);

(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido

2025

Saldo no início no período	95.895
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.056
Valor justo	(1.968)
Passivo contingente	1.485
Reversão/realização no período	<u>(-)</u>
Saldo no fim no período	<u>127.468</u>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<u>16,92%</u>

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social – (acumulado)

	2025	
	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	36.727	36.727
Remuneração do capital (JCP)	<u>(-)</u>	<u>(-)</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	36.727	36.727
Adições/exclusões	<u>2.513</u>	<u>2.513</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.189)	(1.189)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.173	1.173
Passivos contingentes, cíveis/trabalhistas e fiscal	1.827	1.827
Ajuste valor justo	(14)	(14)
Doações	600	600
Outras inclusões/exclusões	116	116
Base de cálculo	39.240	39.240
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS)	5.886	<u>7.848</u>
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$60	<u>3.918</u>	
Incentivos fiscais	(235)	-
Imposto de renda/contribuição social	9.569	7.848

12. Outros ativos

	31/03/2025	
	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas
Bens não uso próprio	142.685	(491)
Total	142.685	(491)

13 Investimentos em participações em Controladas

Informações s/ Investimentos	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Capital Social Realizado	5.118	5.930		
Patrimônio Líquido	5.781	18.223		
Lucro Líquido do Trimestre	82	1.108		
Cotas	683.500	1.482.436		
Participação no Capital - %	99,64	99,99		
Res. da Part. em controlada do trimestre	81	1.108		1.189
Valor Contábil dos Investimentos	5.760	18.222	26.272(*)	50.254
Operações realizadas em Controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	25	100		125
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.806	-		5.806
Títulos e Valores Mobiliários	-	18.076		18.076
Resultado do trimestre				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	169	546		715
Rendas de Prestação de Serviço	-	2.298		2.298

(*) Ações e cotas R\$12.364, propriedades para investimento R\$13.880 e outros R\$28.

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

14 Imobilizado de uso

Imobilizações:	Taxa anual de depreciação (%)	2025	
		Custo de Aquisição	Depreciação acumulada
Outros:			
Móveis e equipamentos	10	4.011	(2.473)
Sistema de comunicação	20	408	(302)
Sistema de processamento de dados	20	5.599	(4.691)
Aeronaves/Veículos	20	42.159	(4.659)
Outros	10	<u>117</u>	<u>(72)</u>
Total		<u>52.294</u>	<u>(12.197)</u>

15. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Descrição

			31/03/2025
Circulante	Não Circulante	Total Valor Bruto Contábil	Valor do Custo Atualizado

Passivos financeiros ao custo amortizado

Depósitos a vista	135.968	-	135.968	135.968
Depósitos interfinanceiros	619.541	3.481	623.022	623.022
Depósitos a prazos	2.060.021	326.515	2.386.536	2.386.536
Operações compromissadas	29.658	-	29.658	29.658
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	663.320	963.409	1.626.729	1.626.729
Dívidas subordinadas (**)	-	259.744	259.744	259.744
Empréstimos no exterior (***)	490.130	-	490.130	490.130
Obrigações por repasses no país	18.550	18.456	37.006	37.006
Obrigações por repasses no exterior (****)	128.504	383.245	511.749	511.749
Outros recursos	2.892	-	2.892	2.892
Total	4.148.584	1.954.850	6.103.434	6.103.434

(*) Letras Financeiras R\$1.578.706, Letras de Crédito do Agronegócio R\$47.388, Letras de Crédito Imobiliário R\$635 com garantia via recebíveis da instituição financeira

(**) São compostos de captações em Letras Financeiras com vencimentos em janeiro de 2033, agosto de 2034 e janeiro de 2035, que estão sendo utilizadas para capital nível II (vide NE 24).

(***) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até novembro de 2025.

(****) Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos (após amortização parcial, o saldo ao final do período representa US\$ 6,0 milhões). Em dezembro de 2021 o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos. Os recursos dessas linhas, são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Em fevereiro de 2024, o Banco recebeu US\$ 20,0 milhões do Finance in Motion através do eco.business Fund com vencimento em 3 anos. Os recursos dessa linha, são destinados a empresas que possuem práticas/certificações sustentáveis.

As linhas de crédito mencionadas acima, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), que são monitorados trimestralmente.

b. Despesas da intermediação financeira**03.2025**

Despesas de depósitos interfinanceiros	20.111
Despesas de depósitos a prazo	71.659
Despesas de operações compromissadas	1.484
Despesas de letras de créditos do agro e imobiliário	1.298
Despesas de letras financeiras	48.831
Dívidas subordinadas	10.054
Obrigações por repasse no país	1.064
Obrigações por repasses no exterior	9.028
Outros recursos	764

Total	164.293
--------------	----------------

16. Provisões

O Banco Industrial é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica “Outros instrumentos financeiros.

O Banco, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 06 casos de reclamações trabalhistas avaliadas como possíveis no montante de R\$806 e 34 de ações cíveis classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$41.950.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Descrição	03/2025
Contingências cíveis (*)	19.170
Contingências trabalhistas	21.610
Contingências fiscais/tributárias (**)	<u>83.984</u>
TOTAL	<u>124.764</u>

(*) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

(**) Principais processos, 1 - Ação almeja anulação do lançamento de débitos referentes a PIS e COFINS no período de apuração compreendido entre 05/2009 e 02/2010, cobrados por meio do processo administrativo, valor do principal R\$8.719, atualização R\$9.229 e total atualizado R\$17.948. 2 - Ação visa satisfação de crédito fiscal (COFINS) relativo aos períodos de 01/2007 a 11/2008, em razão do não pagamento por conta da discussão sobre a legalidade da alteração da base de cálculo do tributo, valor do principal R\$21.817, atualização R\$29.075 e total atualizado R\$50.892.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

São concedidas garantias por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$210.898.

Existem limites aprovados não utilizados canceláveis unilateralmente no montante de R\$123.904

Descrição:	2025	
	Limites	Garantias
Provisões	<u>2.228</u>	<u>3.850</u>
Total	<u>2.228</u>	<u>3.850</u>

c. *Movimentação das provisões*

	2025
Saldo no início no período	122.441
Constituição/reajustes	8.401
Reversão/realização no período	<u>(-)</u>
Saldo no fim no período	<u>130.842</u>

17. Outros passivos financeiros

Descrição	31/03/2025
Passivos financeiros a custo amortizado	
Cobrança e arrecadação de tributos	577
Fiscais e previdenciárias	23.900
Obrigações fiscais diferidas	2.768
Negociação de valores	2.084
Provisão para pagamentos a efetuar país/exterior	28.235
Credores diversos- país	6.272
Diversos	473
Total	<u>64.309</u>

18 Patrimônio líquido

a. *Capital social*

Em 31 de março de 2025, o capital social de R\$387.448 do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 119.651.813 ordinárias e 60.576.453 preferenciais, pelo valor nominal de R\$2,149763. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de março de 2025 foi de R\$927. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2025 atingiu o montante de R\$48.655.

Retenção de lucros – Reservas estatutária

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, a disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. Ainda não houve destinação de distribuição de lucros e reservas de retenção.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Os acionistas aprovaram a não distribuição desses dividendos.

Durante o trimestre não foram deliberadas distribuições de remuneração de nenhuma espécie.

19 Despesas de pessoal

31/03/2025

Honorários - Diretoria e Cons. Adm.	(2.017)
Benefícios (i)	(5.126)
Encargos Sociais	(4.205)
Proventos	(15.316)
Outros	(217)
Total	<u>(26.881)</u>

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, entre outros.

20 Outras despesas administrativas

31/03/2025

Água, Energia e Gás	(177)
Aluguéis	(1.836)
Comunicações	(302)
Manutenção e Conservação de Bens	(710)
Material	(147)
Processamento de Dados	(3.111)
Promoções e Relações Públicas	(2.038)
Publicações	(249)
Seguros	(44)
Serviços do Sistema Financeiro	(295)

Serviços de Terceiros	(2.256)
Serviços Técnicos Especializados	(3.584)
Transportes	(100)
Viagens	(164)
Amortização e Depreciação	(1.301)
Outras Despesas Administrativas	<u>(796)</u>

Total **(17.110)**

21 Despesas Tributárias

31/03/2025

Tributos Federais/Municipais	(766)
ISS	(242)
Cofins	(5.708)
Pis	(928)
Outros	<u>(1.090)</u>

Total **(8.734)**

22 Outras Receitas / Despesas Operacionais

31/03/2025

Outras receitas operacionais **15.256**

Recuperação de encargos e despesas	11.000
Aluguéis	20
Receitas de ajuste ao valor justo	2.156
Variações monetárias ativas	2.080

Outras despesas operacionais **(2.207)**

Provisões Contingências	(1.827)
Outras	(380)

Total **13.049**

23 Despesas Não Operacionais

31/03/2025

Outras despesas não operacionais

Doações	<u>(1.038)</u>
---------	----------------

Total **(1.038)**

24 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 19,6% em 31 de março de 2025. O índice mínimo exigido pelo Bacen é de 10,5% para Instituições Financeiras.

	Conglomerado 2025
Patrimônio de referência nível I	<u>753.464</u>
Instrumentos de Dívida Subordinada	259.744
Patrimônio de referência nível II	<u>259.744</u>
Patrimônio de referência Total (nível I + nível II)	1.013.208
Patrimônio de referência (a)	<u>1.013.208</u>
Alocação de capital por risco	
RWAcpad – crédito	383.071
RWAcam – câmbio	816
RWAjur – mercado	4.967
RWADRC - negociação	2.966
RWAopad - operacional	21.297
Patrimônio de referência exigido (b)	<u>413.117</u>
Margem (a- b)	<u>600.091</u>
IRRBB – Risco da carteira bancária	(98.397)
Margem (a- b)	501.694
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	<u>5.163.962</u>
Índice de Basiléia (a/c)	<u>19,6%</u>

O quadro acima, já contempla todas as alterações da Resolução BCB 229/22, vigente a partir de julho de 2023 referente ao risco de crédito (RWAcpad).

25. Garantias

O Banco, na formalização de seus instrumentos financeiros, não conta com garantias que possam ser vendidas ou penhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

26 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº13 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

a. Saldo das Transações

Depósitos a Prazo (CDB)	31/03/2025
Pessoas Físicas	22.691
Pessoas Jurídicas	65.072
Letras de Crédito do Agronegócio	
Pessoas Físicas	9.333
Debentures	
Pessoas Físicas	24.516
Limite de Crédito	
Savana SPE Incorporação Ltda.	20.000
Operações de Crédito	
River Participação e Incorporação Ltda.	35.540
Muse Itaim Participações e Incorp. Ltda.	8.522
Outras operações	3.094
Camacop Visão Gráfica Ltda.	970
Aoptium Comercio Locação de Eq. Eletrônicos Ltda.	547
Bosque Ipiranga Participação e Incorporação Ltda.	35
Red Seas Investimentos Ltda.	63
Nova Corretora de Seguros Ltda.	22
Grupo 4m Participações LTDA	76

As operações de crédito estão de acordo com a resolução do Bacen 4.693/18.

b. Remuneração da Administração

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros. (art. 6º do Estatuto Social do Banco). No trimestre, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$2.017.

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil “Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração”. A remuneração da Administração foi fixada em R\$10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2024.

27 Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações financeiras intermediárias, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos

auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Fairfax Brasil Seguros, com vigência de 17 de junho de 2024 a 17 de junho de 2025, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

28 Outras informações

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
- b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

29 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2025
No início do período	<u>739.145</u>
Disponibilidade	28.642
Aplicações Interfinanceiras	710.503
No final do período	<u>981.997</u>
Disponibilidade	13.101
Aplicações Interfinanceiras	968.896

As aplicações interfinanceiras de Liquidez (aplicações no mercado aberto e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.

30 Gerenciamento de riscos

Os processos de gerenciamento de riscos foram implantados com base nas determinações do Banco Central do Brasil, recomendações dos Acordos de Basiléia I, II e III e melhores práticas de mercado, levando em consideração a estrutura, a natureza e a complexidade das atividades da Instituição. O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais devem abordar, minimamente, a identificação dos riscos, sua avaliação, monitoramento, controle e mitigação, ou os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores, quando especificados.

Para o devido gerenciamento dos diversos eventos de risco aos quais o Banco está exposto na execução de suas atividades, foram instituídas classes de riscos, estabelecidas segundo suas características predominantes, sendo elas: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco Socioambiental. Além desses o Banco estabeleceu outros tipos de abordagens de controles, observando os seguintes aspectos: Solvência, Rentabilidade, Gestão de

Continuidade de Negócios, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*).

Fábio Marques

Diretor

Dalmo Goes

Contador CRC 1SP144600/O-2